

Avaliação de Políticas Públicas em Múltiplos Olhares e Diferentes Práxis

Ana Cristina Brito Arcoverde (Organizadora)
Editora UFPE, 2014. 503 p.

Avaliação de políticas públicas em múltiplos olhares e diferentes práxis reúne 28 artigos de autores que produzem, sistematizam dados de pesquisa, escrevem e divulgam suas experiências e práxis avaliativas em torno do eixo perspectivas teóricas e metodologias da avaliação de políticas públicas.

Os dois capítulos que abrem a coletânea tratam da avaliação em torno de dois temas nucleadores de todos os demais vinte e seis capítulos: sistemáticas de avaliação e políticas públicas. No primeiro, intitulado *Possibilidades metodológicas para avaliar sistemicamente programas governamentais: reflexões a partir da experiência latino-americana*, o autor fornece indicações operacionais para a estruturação de um mecanismo eficiente para o acompanhamento e correção de rumos das ações consideradas como prioritárias por governos de países latino-americanos. Defende no artigo que nesses governos ocorre um desvio de base: procuram estruturar um sistema de monitoramento e avaliação amplo – fortemente baseado na construção de uma base de processamento capaz de coletar e sistematizar informações – sem preparar as organizações e os gestores dos programas ou famílias de programas para utilizar essa ferramenta como atividade permanente e necessária do próprio planejamento estratégico. Para ele as metas, variáveis e indicadores normalmente ainda são muito amplos e abstratos. Os resultados físico-financeiros também proporcionam apenas uma visão parcial do processo de implementação, incapaz, por definição, de alimentar de maneira sistêmica e útil o processo decisório governamental. O autor inova propondo como esse obstáculo de base poderia ser minimizado ou contornado, e afirma: é mister escolher programas ou famílias de programas correlacionados; preparar as organizações executoras dos mesmos para planejar sua intervenção; e indicar o ciclo de vida das políticas e dos programas e ações permanentes que as compõem e de suas estruturas elementares. Esses elementos devem informar o desenho de um sistema de monitoramento e de monitoramento da avaliação e servir para auxiliar o balizamento da escolha das variáveis e indicadores que dele farão parte. Ainda sugere um desenho preliminar e simplificado de um sistema de monitoramento e avaliação que deve ser realizado pelos organismos executores. E acrescenta: as informações geradas nesse nível devem ser sistematizadas segundo graus de detalhamento compatíveis com a hierarquia dos decisores, sempre contendo informações quali-quantitativas do processo e dos resultados alcançados na implementação de programas ou famílias de programas, utilizando-se a plataforma tecnológica disponível ou que se queira adotar. O autor lembra ainda que variáveis, indicadores e suas correlações devem ser definidos e testados

antecipadamente. Ele sugere um mecanismo simples, mas eficiente e claro de apresentação de resultados para qualquer nível da hierarquia governamental. E, finalmente, defende combinar o uso de indicadores sintéticos com outras formas menos sofisticadas no plano estatístico para a tomada de decisão. Nas conclusões do capítulo, o autor apresenta uma outra alternativa metodológica, desenvolve ferramentas e instrumentos para acelerar, sem prejuízo da qualidade de resultados, os processos de monitoramento e monitoramento e avaliação.

No segundo capítulo, intitulado de *Políticas públicas en materia de economía social en España*, a autora contextualiza a crise econômica, política e social vivenciada pela Europa e particulariza a Espanha atualmente. Ressalta, dentre outros aspectos, as saídas históricas de crescimento econômico espetacular, melhoria de qualidade de vida, dos serviços sociais e até nos processos de integração europeias frente às economias emergentes dos países que formam o BRIC. Depois de 2008, segundo a autora, as saídas se mostram truncadas com a bancarrota dos bancos, então, sólidos, realçando, sobretudo, as intervenções de uma política monetária excepcional de injeção de liquidez ao sistema. Apesar de outras conexões entre a crise financeira e a de segurança alimentar, ou com a energética, os efeitos foram plantear o fracasso do sistema capitalista e a necessidade de revolução. Questões se põem, como o papel do Estado, o grau de intervenção às melhores políticas econômicas entre o crescimento e a coesão social. A partir daí, o artigo por inteiro e de forma crítica discute a oportunidade de escutar as vozes que insistem nas conexões entre os valores éticos e a economia para além dos modelos macroeconômicos, melhor dizendo, a lógica econômica como a lógica social são inseparáveis na realidade humana, e a economia deve ser interpretada espacialmente, integrando as duas dimensões, como é o caso da chamada economia social, as cooperativas e as empresas sociais que vêm sendo apoiadas com medidas legais, financeiras e tributárias. O objetivo continua sendo o crescimento econômico, mas combinado com a coesão social, para que a pobreza, a exclusão, o desemprego, como a falta de limitações na formação se reduzam consideravelmente.

Os vinte e seis capítulos seguintes exploram e oferecem contribuições singulares e significativas para o campo da avaliação e para as políticas públicas. Abordam a avaliação das políticas públicas, nos programas e projetos sociais em diferentes lugares e territórios: locais, nacionais, latino-americanos e europeus. De forma geral, as territorialidades e as nacionalidades focalizadas nos artigos convergem para a perspectiva da globalização numa visão crítica. Os múltiplos olhares de avaliação a vislumbram seja como instrumento de gestão, seja como processo, abordagem teórica e/ou metodológica, fortalecendo-a como necessária ao controle social e da política, ou ainda como requerimento do capitalismo e sua utilização no modelo de gestão por resultados. A avaliação de processo e/ou de impacto discutida nos capítulos chama a atenção para a criação/utilização de critérios, parâmetros, indicadores e variáveis necessários a cada abordagem teórico-metodológica e na pesquisa avaliativa como forma de garantir objetividade e conferir materialidade à prática da avaliação. Apesar de a avaliação ter avançado teórica e metodologicamente, os autores são unânimes ao afirmarem as dificuldades e desafios do fazer avaliações. As práticas das avaliações permanecem restritas e/ou incipientes nas políticas públicas, e, mais ainda, sua utilização para aperfeiçoamento.

Os conteúdos dos capítulos de forma particular contextualizam diferentes políticas públicas, como as de: assistência social, saúde, trabalho e educação infantil, habitação, agricultura familiar, dentre outras, nos territórios urbano, rural, campo e cidade como particularidades conjunturais nos contextos das reformas dos Estados e sinalizam, nos múltiplos olhares e práxis, hiatos, dificuldades, contradições, mas também avanços ao desvelarem inconsistências, continuidades, reordenamentos institucionais, reconversões, mudanças e inovações em busca de outras socialidades. Chamam atenção, em primeira e última instância, para o processo de apropriação e esvaziamento das potencialidades da avaliação e das políticas públicas frente às investidas mercadológicas próprias do capitalismo.

Somente a leitura atenta de cada um dos capítulos que constituem essa obra permite adentrar e capturar todos os sentidos e significados da avaliação de políticas públicas apresentados em múltiplos olhares e diferentes práxis. Esperamos que esse livro cumpra papel relevante no adensamento teórico e metodológico sobre avaliação de políticas públicas como disciplina e temática e, sobretudo, contribua para fazer avançar o conhecimento e fortalecer práxis.